



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001496-93.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**  
 Requerente: **Hellen Cristina Picca Predin - ME**  
 Requerido: **Cooperativa de Credito Credicitrus e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Hellen Cristina Picca Predin – ME propôs a presente ação contra os réus Cooperativa de Crédito Credicitrus e Gilson Aparecido Simonetti, pedindo: a) seja declarada a inexistência do débito relacionado ao cheque nº 850411, da conta corrente nº 16795-9, agência 2937-9, emitido em 10/07/2013, no valor de R\$ 3.000,00, tendo a autora como titular e como favorecido o corréu Gilson Aparecido Simonetti; b) o cancelamento do protesto do título, que teve como apresentante a corré Cooperativa de Crédito Credicitrus.

Decisão de folhas 36/40 indeferiu a antecipação da tutela, mas determinou a não publicidade das informações constantes nos órgãos de proteção ao crédito.

O corréu Gilson Aparecido Simonetti, embora citado a folhas 63, não ofereceu resposta (folhas 132), tornando-se revel.

A corré Cooperativa de Crédito Credicitrus, em contestação de folhas 65/72, suscita preliminar de impossibilidade jurídica e, no mérito, requereu a improcedência do pedido, tendo em vista que, uma vez posto em circulação, desnecessário comprovar a causa subjacente.

Réplica de folhas 135/137.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Instados a especificar as provas que pretendiam produzir (folhas 139), a corré Cooperativa de Crédito Credicitrus manifestou-se a folhas 141 e a autora a folhas 142/143.

Decisão saneadora de folhas 144/147 deferiu a prova pericial grafotécnica.

Laudo pericial de folhas 176/211.

Manifestação da autora sobre o laudo a folhas 216/217 e da corré Credicitrus a folhas 218.

Relatado o essencial. Decido.

De início, as preliminares deduzidas em contestação foram afastadas por meio da decisão de folhas 144/147.

No mais, pretende a autora seja declarada a inexistência do débito representado pelo cheque descrito no preâmbulo, alegando que encerrou sua conta junto ao Banco do Brasil SA em 13/09/2012, enquanto que a cártula objeto do protesto foi emitida em 10/07/2013, negando que o tenha emitido ou tampouco assinado, afirmando que ao encerrar a conta devolveu os talonários de cheques e o cartão magnético devidamente inutilizados, o que foi comprovado por meio do termo de encerramento de conta corrente (**confira folhas 13/15**).

A tese apresentada pela corré Cooperativa de Crédito Credicitrus, acerca da impossibilidade de discussão da causa subjacente, em razão dos efeitos cambiais, revestindo-se de autonomia e independência, não pode ser aceita, tendo em vista que, ante a suspeita de falsificação, inaplicáveis os princípios cambiais.

Por outro lado, é certo que a perícia grafotécnica concluiu que os dizeres preenchedores e a assinatura não promanaram do punho da autora (**confira folhas 179, item “VI”**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dessa maneira, forçoso concluir que, de fato, a autora não emitiu a cártula objeto da ação e, assim, a procedência da ação é medida de rigor.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar inexistente o débito relacionado ao cheque nº 850411, da conta corrente nº 16795-9, agência 2937-9, emitido em 10/07/2013, no valor de R\$ 3.000,00, tendo a autora como titular e como favorecido o corréu Gilson Aparecido Simonetti, sustando definitivamente o protesto do título. Sucumbentes, condeno os réus, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Com o trânsito em julgado, oficie-se ao Cartório de Protestos e aos órgãos de proteção ao crédito, para cancelamento definitivo das restrições e do protesto.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 27 de março de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**